

EDcl no HABEAS CORPUS Nº 512.217 - PR (2019/0150085-1)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
EMBARGANTE : RICARDO APARECIDO RAMAZOTTI
ADVOGADO : FERNANDO RUMIATO - PR035261
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por **RICARDO APARECIDO RAMAZOTTI** contra a decisão de fls. 117-119 (e-STJ), que indeferiu liminarmente o *habeas corpus*, aplicando o enunciado da Súmula n. 691/STF.

O embargante alega, em suma, que o *writ* não foi impetrado em face de decisão liminar, mas sim do acórdão que ainda não tinha sido juntado aos autos originários, consoante certificado na cópia do processo juntado com o pedido inicial. Junta cópia do referido acórdão impugnado às fls. 125-127 (e-STJ).

Requer a atribuição de efeitos infringentes aos presentes embargos, para que seja apreciado e concedida a ordem do *habeas corpus*.

É o relatório.

Decido.

Os embargos de declaração destinam-se a suprir omissão, contradição, ambiguidade ou obscuridade existente no julgado.

Da análise dos autos e, em homenagem aos princípios da celeridade e da economia processual, reconsidero a decisão de fls. 117/119 (e-STJ). Passo à nova análise da medida de urgência.

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **RICARDO APARECIDO RAMAZOTTI** contra decisão monocrática do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que indeferiu medida de urgência pleiteada.

Extraí-se dos autos que o impetrante encontra-se preso preventivamente em razão da suposta prática do delito de furto.

Impetrado *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o relator indeferiu o pedido de urgência (e-STJ, fls. 39-41).

Neste *writ*, a defesa aduz que o decreto preventivo encontra-se carente de fundamentação.

Pondera que "não se pode manter o Paciente segregado pelo cometimento, em tese, do crime de furto simples, o qual não é cometido com violência ou grave ameaça, emprego de arma ou objeto que cause lesão, muito menos existe qualificadora para que o intento fosse atingido, considerando que não há incidência de qualquer das previsões dos incisos I a IV, do § 4º, do art. 155 do CP".

Sustenta que "se tratam de objetos de pequeno valor, de no mínimo R\$300,00 (trezentos reais) e máximo de R\$ 640 (seiscentos e quarenta), sem levar em consideração o estado em que se encontravam tais bicicletas, deixadas por seus supostos donos sem qualquer dispositivo de segurança, em local público" (e-STJ, fls. 3-17).

Alega que o paciente possui residência fixa e trabalho lícito.

Requer a concessão da ordem, inclusive liminarmente, para que seja revogada a prisão preventiva do paciente, impondo-lhe as medidas cautelares diversas da

prisão

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Ante o exposto, **acolho** os presentes embargos, emprestando-lhes o excepcional efeito infringente, para **indeferir** o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo da Vara Criminal da Comarca de Cambé/PR, a serem prestadas por malote digital, preferencialmente.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Cumpridas as diligências acima referenciadas, retornem conclusos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator